

## **Assistência técnica para a agricultura familiar e o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) em Alagoas**

*Technical assistance for family farming and the Dom Helder Câmara Project (PDHC)  
in  
Alagoas*

Stéfany Gabriela da Silva Sales

<https://lattes.cnpq.br/4596448025000351>

<https://orcid.org/0000-0001-8991-9694>

Mario Lucio de Avila

<http://lattes.cnpq.br/9088430726723968>

<https://orcid.org/0000-0003-4631-5932>

DOI: 10.18829/2317-921X.2024.e54701

### **RESUMO**

O Projeto Dom Helder Câmara (PDHC II) foi eleito em 2024 pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola um dos maiores projetos de assistência técnica no mundo e abrangeu um número significativo de famílias, objetivando reduzir os níveis de pobreza e desigualdade no semiárido. Deste modo, o objetivo principal desta pesquisa foi estudar os efeitos da assistência técnica e extensão rural (ATER) associado ao benefício do fomento produtivo rural, especificamente as famílias atendidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Alagoas. A pesquisa utilizou dados levantados pelo “Projeto Monitora UnB/SEAD”<sup>1</sup> para a análise dos dados. Os resultados apresentam que a ATER acrescido do fomento produtivo são positivos e contribuíram para melhorar a segurança alimentar dos beneficiários do estado Alagoas (EMATER-AL).

**Palavras-chave:** ATER; Fomento Produtivo; Semiárido.

### **ABSTRACT**

The Dom Helder Câmara Project (PDHC II) was chosen in 2024 by the International Fund for Agricultural Development as one of the largest technical assistance projects in the world and covered a significant number of families, aiming to reduce levels of poverty and inequality in the semi-arid region. Therefore, the main objective of this research was to study the effects of technical assistance and rural extension (ATER) associated with the benefit of rural productive promotion, specifically the families served by the Technical Assistance and Rural Extension Company (EMATER) of Alagoas. The

<sup>1</sup> O projeto “Avaliação e monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara – Monitora UnB/SEAD”, coordenado pela equipe da UnB – Planaltina, tem por objetivo monitorar, avaliar e dar suporte para a coordenação e a articulação de políticas públicas e inovações ligadas à assistência técnica e extensão rural e ao enfrentamento da pobreza e desigualdade rural no escopo da Fase II do Projeto Dom Hélder Câmara.

research used data collected by the “Projeto Monitora UnB/SEAD” for data analysis. The results show that ATER plus production promotion are positive and contributed to improving the food security of beneficiaries in the state of Alagoas (EMATER-AL).

**Keywords:** ATER; Productive Promotion; Semi-arid.

## 1. INTRODUÇÃO

O Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) surge como uma ação implementada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) iniciado em 2001 (Fase I). O projeto conta o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvidos Agrícola (FIDA), que com o auxílio dos governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural e atua em projetos de cooperação para a superação da pobreza no nordeste brasileiro (FORTINI, 2021). A fase II do projeto encerrou entre 2018 a 2022 e contemplou 11 estados, 913 municípios e aproximadamente 54 mil unidades familiares (BRASIL, 2020).

A assistência técnica e extensão rural (ATER) é um serviço executado por meio da Agência Nacional de Assistência Técnica Rural (ANATER) no PDHC II desde o ano de 2018, de forma pública e gratuita para agricultores familiares do semiárido brasileiro, em parceria com o governo federal.

Observando o grande número de agricultores familiares no Nordeste brasileiro conforme o Censo Agropecuário 2017, a persistência da pobreza (FALCÃO & COSTA, 2014; REDE PENSSAN, 2021; 2022a) e o nível baixo de desenvolvimento do semiárido brasileiro (BUAINAIN & GARCIA, 2013), faz fundamental que o maior programa de assistência técnica e extensão rural em execução nos anos recentes seja estudado com mais detalhe.

Segundo a Rede Penssan (2022b), o estado de Alagoas (estado que compõe a área de atuação do PDHC II) ocupa no ranking nacional o primeiro lugar onde 36,7% das pessoas não possuem acesso a alimentos em quantidade suficiente. A quantidade de pessoas passando fome em Alagoas subiu de 5,8% em 2018 para 15,5% em 2022.

O estado também possui o pior IDHM (índice de desenvolvimento humano médio) do Brasil de acordo com os dados de 2017 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020). Apesar da agricultura familiar no estado ser significativa e parecida com o restante da região: 84% dos estabelecimentos são da agricultura familiar, 80% deles são proprietários das terras, 27% deles não possuem escolaridade, 23% são idosos e 95% deles nunca haviam recebido assistência técnica

(IBGE, 2019). A análise da assistência técnica somado ao fomento produtivo no estado de Alagoas são o objeto desta pesquisa.

## **2. Material e Métodos**

A pesquisa segue as orientações metodológicas de Rodrigues (2007) e Gerhardt & Silveira (2009). O estado de Alagoas foi selecionado devido a estudos anteriores indicarem a relevância da agricultura familiar, que representa 83% dos estabelecimentos agropecuários no estado. As fontes de informação incluem entrevistas realizadas pelo Projeto Monitora UnB/SEAD. A pesquisa é quali-quantitativa, aplicada e exploratória, combinando pesquisa de campo e levantamentos.

Trata-se de um estado com 102 municípios e com 98.542 estabelecimentos agropecuários, dos quais 82.369 são ligados à agricultura familiar (83%). Aproximadamente 1/3 das terras do estado são usadas pela agricultura familiar (551.034 mil hectares de um total de 1.636.712 ha) e apenas 4.177 (5%) dos agricultores familiares recebiam algum tipo de assistência técnica (IBGE, 2019).

Essa pesquisa pode ser classificada, quanto à forma de abordagem, como quali-quantitativa. Aplicada por envolver verdades e interesses locais, buscando gerar conhecimento que poderão ser utilizados na prática, de modo que melhorias podem ser feitas para alcançar os beneficiários do PDHC II, inclusive com novas políticas públicas. Quanto aos objetivos, a pesquisa será exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos utilizados, combinou-se informações da pesquisa de campo e levantamentos.

## **3. Assistência técnica e a agricultura familiar em Alagoas**

O campesinato alagoano tem suas origens no período colonial advindo de um campesinato tradicional e remanescente de um modelo de sociedade latifundiária. Ainda pouco estudado, tal ausência deve-se a outros fatores como, por exemplo, o estado estar entre os mais desiguais do país. São 22% da população sem renda, cerca de 47% recebem até um salário mínimo e 19% ganham até dois salários mínimos no mês. Os alagoanos que ganham entre dois e cinco salários são aproximadamente 8% e, por último, os que recebem acima de cinco salários representam 3% da população (CARVALHO, 2008).

Apesar de pouco estudado, o campesinato está presente no mundo e junto com a agricultura é definido não apenas pelo desenvolvimento de técnicas, uso de instrumentos,

geração de excedentes ou pela comercialização. Essa definição é feita por meio do ato rotineiro de plantar, cultivar, colher e consumir. “Obter da terra frutos pelo trabalho regular e sistemático é agricultura. O trabalho funda a agricultura” (ALBUQUERQUE, 2016).

O estado de Alagoas possui pouca riqueza e uma renda mal distribuída, tais fatos levam a outros pontos como um parque industrial reduzido, uma agricultura com poucos setores dinâmicos e uma rede de comércio e serviços informais e pouco desenvolvidos. Em sua área rural, o estado possui a ausência de pequenas unidades produtivas com acesso a créditos, assistência técnica e facilidade de comercialização. Fato que implica diretamente e negativamente na produção necessária para o abastecimento interno e nos insumos para uma diversificação agroindustrial (CARVALHO, 2008).

A maioria dos estabelecimentos familiares não recebe assistência técnica, recursos de custeio e investimentos ou possuem capacidade para a comercialização levando assim a terem uma baixa produtividade. Tal informação pode ser exemplificada analisando os estabelecimentos familiares com relação ao patronal, percebendo-se a polarização das terras ocupadas no estado. Os estabelecimentos patronais (7%) ocupam 64% da área agrícola do estado, com 76% do valor bruto da produção. Já os estabelecimentos familiares, que são aproximadamente 90% do total, ocupam apenas 36% da área agrícola, possuindo apenas 23% da riqueza agropecuária do estado de Alagoas (CARVALHO, 2008).

No Brasil, temos atualmente 3.897.408 de estabelecimentos de agricultores familiares, sendo que 82.369 estão no estado de Alagoas. Destes, apenas 4.177 recebiam em 2017 algum tipo de assistência técnica e outros 78.192 não recebiam nenhuma orientação dos órgãos públicos ou privados de ATER e apenas 29.401 (35,6%) deles possuíam a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Considerando apenas o semiárido de Alagoas, são 52.100 estabelecimentos da agricultura familiar e apenas 2.441 deles recebiam assistência técnica de qualquer natureza, número que representa apenas 2,96% dos agricultores familiares do estado (IBGE, 2017).

#### **4. PDHC II no estado de Alagoas – a ação da EMATER**

Como ação do PDHC II no estado de Alagoas, foram 1.966 unidades familiares atendidas na parceria com a Emater, além de outras 1.287 unidades familiares nas

chamadas públicas realizadas pela Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE).

Por haver diferenças bastante acentuadas no andamento das atividades pelas duas organizações, o estudo se concentrou em realizar o caso apenas a partir da ação da Emater Alagoas, uma vez que a aferição contratual realizada pelo Projeto Monitora e os dados do Sistema de Gestão da ANATER apontavam o baixo desempenho da ASSOCENE.

Diante disso, é importante deixar claro que os resultados apontam apenas o universo de atendimento da EMATER Alagoas.

As estratégias para realizar tal tarefa incluem reuniões de sensibilização, visitas de campo, oficinas entre outras objetivando o desenvolvimento no campo. Acredita-se que a ATER deve ser de forma colaborativa e participativa visando o público de interesse nestes serviços que são os agricultores familiares que devem ter voz e expressão de opinião.

## **5. Caracterização das famílias atendidas pela EMATER no PDHC II Alagoas**

Apresentando os resultados da pesquisa de campo, ao buscar caracterizar as famílias beneficiadas atendidas pela EMATER de Alagoas no Projeto Dom Hélder – identificando as famílias que receberam fomento produtivo e assistência técnica tem-se que:

Dos agricultores familiares entrevistados, 87% daqueles que são atendidos pelo recurso do fomento produtivo são do gênero feminino e 13% do gênero masculino. Sobre cor, raça ou a etnia dos agricultores familiares entrevistados observa-se que a maioria é parda com 79%, preta com 9%, seguida de branca com 8% dos respondentes. Apenas 1% dos entrevistados não declarou não ter cor, raça ou etnia.

Com relação ao tipo de comunidade dos entrevistados, 78% declaram-se agricultores familiares enquanto os quilombolas aparecem em segundo lugar com 20% das respostas. Indagados sobre a presença de jovens atendidos pela EMATER – AL pelo projeto, dos 295 entrevistados, 64% respondeu possuir jovens na unidade familiar. E dentre os entrevistados, 93% declararam possuir a presença de mulheres nas atividades produtivas da propriedade.

---

## 6. O Fomento no PDHC II de Alagoas

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (FPR) é uma estratégia do governo brasileiro que, somado à assistência técnica oferecida aos agricultores familiares, indígenas e quilombolas do semiárido brasileiro, visa à inclusão produtiva rural, na busca por superar a fome.

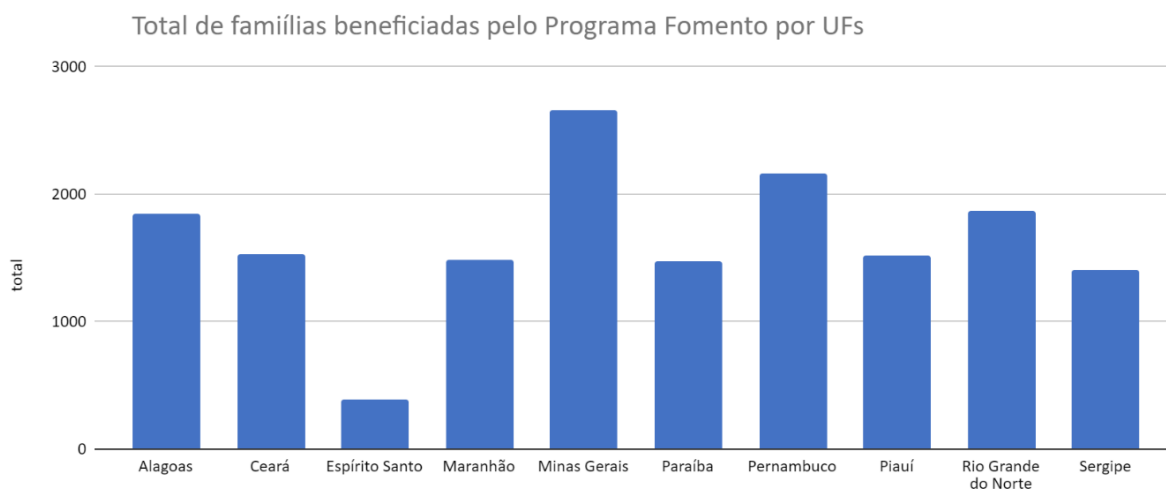
Se o diagnóstico é a pobreza, a fome e a ausência de assistência técnica, políticas públicas coordenadas podem favorecer a superação de parte destes problemas, com efeito, “a estratégia de inclusão produtiva rural inova ao combinar assistência técnica com recursos para investir na produção. Com dinheiro na mão e um projeto elaborado com o auxílio de técnicos especializados, as famílias melhoram sua produção e sua renda, viabilizando sua permanência no campo, de forma cada vez mais digna” (BRASIL, 2013, p. 33).

Partindo dessa constatação, “foi constituído um modelo diferenciado em que passaram a caminhar juntas a assistência técnica e a disponibilização de recursos não reembolsáveis para apoiar as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores mais pobres” (MELLO *et al.*, 2014, p.325).

Para o acesso ao benefício, a regra exige a assinatura do termo de adesão e a concordância em executar um projeto produtivo, elaborado entre técnicos e beneficiários da assistência técnica. A articulação entre Ministério da Cidadania e Projeto Dom Hélder Câmara, se dá na origem das construções das chamadas públicas da ANATER, no ano de 2018. O critério para enquadramento no FPR são famílias que se encontravam em situação de pobreza ou extrema pobreza. A operacionalização do programa se dá por cooperações tripartites envolvendo a esfera federal (Ministério da Cidadania e MAPA), a esfera estadual (SEAGRIs) e as entidades públicas de ATER, ou ainda por meio do instrumento de parceria ou chamadas públicas operadas pela ANATER.

No estado de Alagoas, 1.706 unidades familiares acessaram o recurso do fomento produtivo rural, sendo que 897 delas foram por intermédio da Emater e outras 809 pela ação da ASSOCENE. O principal instrumento usado para a oferta do fomento foi o projeto produtivo, elaborado pelos técnicos, em parceria com a família da agricultora ou agricultor familiar e com objetivo de promover a diversificação produtiva, a diversidade alimentar e o aumento da renda por consequência do acesso a mercados, como as feiras ou vendas diretas na comunidade. Embora a pandemia de Covid-19 tenha afetado sensivelmente a execução dos projetos produtivos dos beneficiários, impedindo ou

reduzindo a presença dos técnicos, assim ainda foi possível verificar resultados importantes desta combinação da assistência técnica com o recurso do fomento e o desenho de projetos produtivos nas comunidades.



**Figura 1.** Beneficiários pelo fomento por UF.

**Fonte:** Ávila & Miranda Filho (2021).

O fomento produtivo é ponto de partida para que a ATER chegue ao público de interesse. A orientação ideal é não haver fomento sem assistência técnica, não se limitando apenas aos agentes clássicos de ATER, mas inclusive com universidades e institutos federais e operadores de programas específicos como o programa de cisternas.

A premissa adotada sugere que fomento produtivo rural e ATER associados fortaleçam as estratégias dos agricultores familiares e promovam, em alguma medida, a inclusão produtiva rural. Essa articulação da ATER com recurso financeiro a fundo perdido, atende lacuna do público de extrema pobreza em relação às políticas de desenvolvimento rural e da assistência social, as quais se encontravam única e exclusivamente amparados por programas assistenciais.

## 7. A ATER no PDHC II

Sobre a assistência técnica, de acordo com os dados analisados, 98% (290 beneficiários) dos entrevistados na pesquisa sobre a “Aferição dos Indicadores do Marco Lógico” (2021) declararam ser atendidos pela assistência técnica do PDHC II e apenas uma pequena porcentagem de 2% (5 beneficiários) declarou não ter sido atendido pela assistência técnica do programa.

Questionados sobre o nome da empresa de assistência técnica que ajuda os agricultores familiares com o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no estado de Alagoas, 96% dos entrevistados declaram ser auxiliados pela empresa pública EMATER e apenas 4% pela empresa privada ASSOCENE.

A assistência técnica é o principal vetor de acesso dos agricultores familiares aos processos produtivos, técnicas, inovações, políticas e instrumentos de crédito. Ao constatar que antes do PDHC II a ATER não chegava às famílias, pode-se afirmar que estas estavam alijadas de todas as possibilidades de inclusão e diversificação produtiva, de acesso aos mercados locais e institucionais, como os programas de compras públicas e dos benefícios como o próprio fomento produtivo rural.

Se esse ciclo se altera, em última instância a ATER altera os fenômenos da pobreza, da fome e da insegurança alimentar, como demonstram os resultados da avaliação de impacto do Projeto Dom Hélder Câmara e os estudos aqui utilizados.

## 8. O PDHC II e a insegurança alimentar em Alagoas

Finalmente, ao avaliar o impacto do PDHC II na insegurança alimentar dos beneficiários no estado, usando a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), os números mostraram que após a análise dos dados, de acordo com as respostas obtidas no questionário do “Monitora *Online*” (N= 295), 90% dos entrevistados declaram que sua alimentação melhorou após fazerem parte do PDHC II (**Tabela1**).

**Tabela 1.** Melhoria no consumo alimentar da família.

Consumo alimentar	Total da amostra	%
Melhorou	264	90%
Bem	71	24%
Muito	42	14%
Um pouco	114	39%
Um pouquinho	37	13%
Não mudou nada	18	6%
Piorou	1	0%
Não responderam / sem declaração	12	4%
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>100%</b>



Analisando os dados do questionário da “Avaliação de Impacto” (n =23), 100% dos entrevistados informaram que a origem dos alimentos consumidos pela família vem da própria roça ou comprado de vizinhos (**Tabela 2**).

**Tabela 2.** Origem dos alimentos.

<b>Origem dos alimentos consumidos pela família</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
De doação de vizinhos e parentes	4%	96%
Da sua roça / lavoura	100%	0%
Trocados entre vizinhos e parentes	4%	96%
De doação do governo ou outras instituições	39%	61%
Comprados de vizinhos ou em feiras, armazéns, mercados	100%	0%

Ao serem questionados sobre a dificuldade de conseguir alimentos nos últimos 12 meses, os beneficiários da EMATER – AL, responderam que não houve nenhum momento em que passaram por essa situação. E sobre a frequência da família ter uma alimentação variada/diversificada (verduras, folhas, frutas, carnes, feijão, arroz, suco), 74% beneficiários informaram ter, pelo menos, algumas vezes uma alimentação variada e 26% sempre possuem.

Os beneficiários da EMATER – AL foram questionados sobre a alimentação da família nos últimos três meses. 57% dos respondentes apresentaram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comidas e 48% afirmou que os alimentos acabaram antes de ter dinheiro para repor os alimentos.

Sobre o quesito alimentação variada, nos últimos três meses, 61% dos beneficiários afirmaram que ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada, 43% dos beneficiários do domicílio informaram que comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou. 4% dos moradores de mais de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida e 13% dos beneficiários de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida pelos menos alguma vez.

Indagados sobre a fome, nos últimos três meses, nenhum beneficiário de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida, bem como afirmou ter ficado pelo menos alguma vez sem se alimentar ou ter feito apenas uma refeição ao dia por não ter dinheiro para comprar comida.

Os beneficiários da EMATER – AL foram questionados sobre as últimas 24 horas em que consumiram determinados grupos de alimentos conforme apresentado abaixo. A **Tabela 3** abaixo foi capaz de demonstrar que os principais itens da dieta básica estão presentes no dia a dia dos entrevistados, embora se observe que existe uma baixa presença de vegetais.

**Tabela 31.** Quais grupos dos alimentos a família consumiu, nas últimas 24 horas?

<b>Grupos de alimentos consumidos</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Grãos, raízes e tubérculos brancos	96%	4%
Leguminosas	96%	4%
Sementes e oleaginosas	4%	96%
Leite e derivados	65%	35%
Carnes, aves e peixes	87%	13%
Ovos	74%	26%
Vegetais com folhas verdes escuras	9%	91%
Frutas e vegetais ricos em vitamina C	57%	43%
Outros vegetais (maxixe, jerimum, quiabo)	4%	96%
Outras frutas (banana, cajá, maracujá, tomate)	57%	43%

Os resultados obtidos nesta pesquisa dialogam em grande medida com o contexto atual da insegurança alimentar que o Brasil se encontra. Sabemos que indicadores como renda, desemprego, escolaridade fazem a diferença entre os diversos estados que compõem as macrorregiões, com relação às condições de vidas das pessoas e, sobretudo na insegurança alimentar. Essa discrepância entre os estados é evidente principalmente na região Nordeste em comparação com as demais.

Em Alagoas, famílias com renda de até 1/4 de salário mínimo per capita é de 43,7% e em Sergipe é de apenas 6,0%. O desemprego em Alagoas é de 12,0%, índice acima dos 7,7% da região Nordeste. Em domicílios onde as famílias possuíam baixa escolaridade (menos de 8 anos de estudo) os índices de insegurança grave eram acima da média nacional (21,1%), e no estado de Alagoas (46,1%) (REDE PENSSAN, 2022b).

Cerca de 41,3% da população brasileira vive em condições de segurança alimentar, enquanto a insegurança grave (fome) atinge 15,5% da população brasileira afetando em maioria os estados no Norte e Nordeste exceto Rondônia, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde as estimativas foram menores que média nacional (REDE PENSSAN, 2022b).

Entre os vários indicadores o que causa maior expressividade nas condições de insegurança ou segurança alimentar é a desigualdade de renda nos estados brasileiros. Em todos os estados, as famílias que mais possuem acesso inadequado aos alimentos e mais propensas à insegurança alimentar são aquelas com renda inferior a ½ SMPC. Em alguns casos, os domicílios que possuem renda até ½ SMPC ainda apresentam altos índices de insegurança moderada e grave como é o estado de Alagoas com 59,6% (REDE PENSSAN, 2022b).

Outros dados importantes são os domicílios com insegurança moderada e grave acima de 30% onde há a presença de menores de 10 anos e Alagoas também está nesse índice negativo com 59,9%. Assim como emprego formal índice positivo (56,1%) ligado à segurança alimentar e insegurança alimentar leve, e o oposto (índice negativo) em domicílios com desempregados ou em situação de informalidade (61,5%) possui os índices mais severos de insegurança moderada e grave. Sabemos que as regiões Norte e Nordeste são as com maiores índices de pobreza e extrema pobreza e também concentram as famílias com maiores índices de endividamento como Alagoas com 57,5% (REDE PENSSAN, 2022b).

Considerando os dados da REDE PENSSAN acima e atual contexto da insegurança ou segurança alimentar do Brasil classificamos as famílias de acordo com a EBIA e comparamos com os resultados recentes.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) “é uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome”. Portanto a EBIA é um instrumento com 15 perguntas que serve para medir a insegurança ou segurança alimentar e a fome no Brasil em nível domiciliar (SEGALL-CORRÊA & MARIN-LEON, 2009). A classificação é descrita a seguir na **Tabela 4**:

**Tabela 4.** Pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar.

Categoria	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 - 5	1 - 3

Insegurança alimentar moderada	6 - 10	4 – 6
Insegurança alimentar grave	11 – 15	7 – 8

**Fonte:** Segall-Corrêa & Marin-Leon (2009).

Nesta pesquisa utilizou-se a escala curta para medir o nível de insegurança ou segurança alimentar das famílias beneficiárias do PDHC II no estado de Alagoas, contando apenas com as 8 primeiras perguntas da EBIA. Desde modo foram 4 perguntas relacionadas a famílias com menores de 18 anos e 4 perguntas relacionadas sem menores de 18 anos.

A segurança alimentar e os níveis de insegurança alimentar foram obtidos com a aplicação de 8 perguntas da EBIA com resposta do tipo [sim] ou [não]. Para cada resposta positiva às perguntas da EBIA representa um ponto e essa soma de pontos classifica a categoria alimentar em seus diferentes níveis de intensidade conforme listado acima. Ou seja, quanto maior a pontuação, maior será a condição de insegurança alimentar. As perguntas utilizadas nesta pesquisa contemplavam a alimentação consumida pela família nos últimos 12 meses e nos últimos 3 meses (**Tabela 5**).

**Tabela 5.** Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA).

<b>Classificação EBIA – Beneficiários da Emater-AL</b>					
<b>UF</b>	<b>S. A</b>	<b>I.A Leve</b>	<b>I.A Moderada</b>	<b>I.A Grave</b>	<b>Total</b>
AL	35%	48%	17%	0%	100%

Comparando com os dados da REDE PENSSAN, temos o estado de Alagoas com índices: S.A (22,2%), I.A Leve (22,9%), I.A Moderada (18,2%) e I.A Grave (36,7%). De acordo com os dados da tabela acima temos porcentagens superiores na segurança alimentar e insegurança leve. Já a insegurança alimentar moderada e grave, os números da REDE PENSSAN apresentam maior destaque evidenciando que os alagoanos estão no mapa da fome. Destacamos ainda que apesar dos dados da REDE PENSSAN evidenciarem este fato, na tabela acima para este grupo de entrevistados não há

beneficiários em insegurança alimentar grave, o que reforça a importância da ATER e do fomento na alimentação dessas famílias do Projeto Dom Hélder Câmara. Ou seja, famílias que recebem ATER e fomento (beneficiários do PDHC II), diminuem em certa medida a insegurança alimentar grave.

Foi abordada também outra questão sobre segurança alimentar para grupos de alimentos consumidos pela família nas últimas 24 horas. Percebe-se que os domicílios em segurança alimentar, o consumo de alimentos mais frequente é de grãos, seguido por leguminosas e carnes, e não há consumo de vegetais. Com relação à insegurança alimentar leve, os grupos mais consumidos são de grãos, leguminosas e carnes, não havendo consumo de sementes e outros vegetais. E a insegurança moderada os grupos mais consumidos são leguminosas, ovos, grãos e frutas, onde as sementes não são consumidas e havendo um baixo consumo de vegetais. Salientamos que em todas as categorias no estado de Alagoas há baixo consumo de sementes e vegetais (**Tabela 6**).

**Tabela 6.** Grupos de alimentos consumidos por categoria.

BENEFICIÁRIOS - EMATER - AL										
Categoria	Grãos	Leguminosas	Sementes	Lácteos	Carnes	Ovos	Vegetais	Frutas	Outros vegetais	Outras frutas
S.A	100%	88%	13%	75%	88%	63%	0%	63%	13%	63%
LA Leve	100%	100%	0%	73%	91%	73%	9%	45%	0%	64%
LA Moderada	75%	100%	0%	25%	75%	100%	25%	75%	25%	25%
LA Grave	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, ao estudar a assistência técnica para os agricultores familiares do Projeto Dom Hélder Câmara – Fase II, no estado de Alagoas, conclui-se que o projeto agregou mudanças significativas para os beneficiários que se encontravam em situação de extrema pobreza. Tais mudanças são vistas não só nas práticas e atividades produtivas, mas no nível de produção, no acesso a novos conhecimentos e no aumento da produção, no consumo alimentar, comercialização e melhoria de infraestrutura, o que ocasionou uma melhoria de vida em 88% dos beneficiários do estado estudado (ÁVILA & MIRANDA FILHO, 2021).

Conclui-se ainda que pelo fato setor rural alagoano ser caracterizado por uma economia agropecuária e um perfil rural bem diversificado seria difícil um modelo único de ATER atender a todos os agricultores familiares existentes. Desse modo faz-se

necessário a combinação de fatores e atores tanto públicos como privados que garantam uma assistência técnica de qualidade e para um desenvolvimento rural sustentável.

O PDHC II faz essa combinação buscando levar esse serviço de qualidade que ainda tem muito a ser melhorado, e o Estado tem o papel de contribuir com o aperfeiçoamento e criação de legislações vigentes que atenda esse público e suas necessidades.

Não se pode deixar de ressaltar que apesar dos resultados desta pesquisa apontarem mudanças significativas na alimentação dos beneficiários do PDHC II por meio da EMATER – AL, os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2022a) apresentam números preocupantes para o restante da população rural alagoana, apontando que o PDHC II conseguir apoiar efetivamente as famílias beneficiárias.

São 116 milhões de brasileiros estão com algum grau de insegurança alimentar. E na região Norte os números são ainda maiores (45,2) e Nordeste (38,4) quando comparado com as regiões Centro Oeste (28,4%), Sudeste (27,4%) e Sul (21,7). São 60% dos domicílios das áreas rurais que se encontram em insegurança alimentar, desses 18,6% das famílias convivem com a fome (REDE PENSSAN, 2022a). São dados alarmantes que merecem uma análise mais aprofundada e um constante acompanhamento e o políticas públicas de apoio como o PDHC II podem auxiliar nesse processo buscando atender um dos seus objetivos que é combater a pobreza e apoiar o desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, C. F. de *et al.* **Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do semiárido para a zona da mata alagoana.** 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Elaboração: PNUD Brasil, IPEA e FJP, 2022. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>. Acesso em: 02 de out. 2024.

ÁVILA, M. L. de; MIRANDA FILHO, Reinaldo José de (Coord.). **Relatório: aferição dos indicadores do marco lógico:** questionário online novembro – dezembro/2020. Brasília: Projeto Monitora, 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo; Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA; Projeto Dom Hélder Câmara. **Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no nordeste semiárido – Projeto Dom Hélder Câmara**

(acordos de empréstimo nº2000000436/2014 e nº 2000000437/2014). Relatório de Progresso do Projeto – descritivo. Março/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **O fim da miséria é só um começo. Plano Brasil Sem Miséria. Dois anos de resultados.** Brasília-DF: MDS, 2013. Disponível em:

<[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/RevistaBSm\\_2anos.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/RevistaBSm_2anos.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. Portal Gov.br. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Dom Hélder Câmara II é eleito entre os 5 melhores projetos do FIDA no mundo.** Publicado em 18 jan. 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/01/dom-helder-camara-ii-e-eleito-entre-os-5-melhores-projetos-do-fida-no-mundo>>. Acesso em: 02 out. 2024.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Pobreza rural e desenvolvimento do semiárido nordestino: resistência, reprodução e transformação. In: MIRANDA, Carlos et al. **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional.** Brasília: IICA, 2013. p. 217-235.

CARVALHO, C. P. de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas.** UFAL, 2008.

FALCÃO, T.; COSTA, P. V. Da. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. Da. **O Brasil sem miséria.** Brasília: MDS, 848 p.: gráfs, mapas, tabs. 2014.

FORTINI, R. M. **Relatório de resultados: FIDA no Brasil 2020.** Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2021. 97 p. Disponível em: <<https://aksaam.ufv.br/wp-content/uploads/2021/04/Resultados-FIDA2-1.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MELLO, J.; ANDRADE, B. T.; MELCHIORI, C. E.; OLIVEIRA, Y. R. de. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem miséria.** Brasília: MDS, 848 p.: gráfs, mapas, tabs. 2014.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

---

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2022a.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados.** São Paulo: Rede PENSSAN, 2022b.

RODRIGUES, W. C. *et al.* **Metodologia científica.** Faetec/IST. Paracambi, p. 2-20, 2007.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.